

## EM TEMPO DE FRONTEIRA: 40 ANOS DE LEITURAS

Delma Pessanha Neves

*Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq*

Dentre toda a importância e a contribuição do trabalho do Otávio Velho para a análise da associação entre campesinato e fronteira, o que selecionar para exposição? Fiz algumas opções, não sei se das melhores.

Primeiramente, queria esclarecer que, quando organizei esta apresentação, eu tive sempre em mente que falaria para estudantes que estão tendo a oportunidade de conhecer o trabalho do Otávio [Velho] mais de perto, também conhecendo pessoalmente o autor, oportunidade sempre muito emocionante. Estou então me dirigindo muito mais a esse público: os alunos.

Também pensei em destacar duas questões. Enquanto professores, temos quase sempre dificuldades de passar para os alunos a idéia de que um texto é uma construção a partir de interlocuções. Otávio [Velho] dá uma lição de método em relação a esse tipo de ensinamento. Ao mesmo tempo em que discute temas, ele explicita a posição que está assumindo no campo intelectual ou a própria construção dele como autor. Então eu acho que essa é uma questão importante para, da leitura dos textos que ele escreveu sobre os temas que aqui privilegiamos, tirar todo o proveito. Considerada essa questão, pensei em focalizar a contribuição do Otávio [Velho] em relação à discussão sobre o campesinato. Não sei se vai dar tempo alcançar este programa a que me propus. Espero que consiga chegar ao fim.

O Otávio [Velho] estava brincando que, depois da aposentadoria, ele tem sido chamado para uma série de atividades e também, penso, como aqui ocorre, para uma série de balanços. Mas eu acho que é muito mais o desejo coletivo de não deixar o Otávio [Velho] se aposentar; e impedir que ele venha a se ausentar tanto, como, de forma geral e por vezes muito erroneamente, imaginamos a inatividade na aposentadoria.

### O AUTOR E AS CONTEXTUAIS INTERLOCUÇÕES: O COMBATE AOS ESSENCIALISMOS

Otávio [Velho] tem um papel fundamental (e não é um investimento recente, pois que acompanha toda a carreira dele) na reflexão sobre a situação

do campo intelectual em que ele está produzindo interpretações. E por isso, dessa demonstração do papel de seus interlocutores e do respectivo debate, ele reafirma a importância do entendimento de sua obra *a partir de* algum ponto de vista, *a partir de* alguma perspectiva, *a partir de* um determinado diálogo. Então, é a partir do campesinato, a partir da fronteira, a partir da interlocução com determinados autores que ele, em cada texto, privilegia a demonstração dos limites e alternativas das interpretações que está construindo. Há, por conseguinte, a declarada explicitação de que nada no texto é gratuito, evitando assim um exercício de rebuscada pressuposição de que a teoria está apenas impregnada nos dados. E ainda por isso, ele também pode se deslocar em relação à perspectiva adotada, advogando, ele próprio, o direito de hoje estar falando de algo e amanhã poder abordá-lo tomando outra posição. Ele não está, por conseguinte, fixando afirmações decisivas, nenhuma norma para as Ciências Sociais, perspectiva que coloca algumas decepções em relação a este público que, em determinadas manifestações, explicita a expectativa de que ele possa *atualizar* o seu trabalho 40 anos depois. Ele está exatamente destacando que tudo depende de que contexto, de que lugar e com que intenção se está falando.

Por minha experiência como orientanda do Otávio [Velho], relevo que ele constrói entre os alunos, o direito de se deslocar de perspectiva e de campo temático, de estar trabalhando várias questões, como podem ser reconhecidas em sua obra e sua trajetória profissional. Também por essa perspectiva, Otávio [Velho] é um dos poucos cientistas sociais no Brasil que tem trabalhado sistematicamente sobre mudanças no campo intelectual. Não é à toa que ele hoje nos tenha oferecido uma contribuição importante sobre o entendimento dos padrões de produção de etnografias (*Trabalhos de campo, antinomias e estradas de ferro*), ao mesmo tempo em que analisou as condições em que a própria profissionalização dele ocorreu. Ainda na exposição de hoje, ele chamou a atenção para esses parâmetros e padrões de profissionalização e de produção de texto, como também foram comentados por outros expositores que me antecederam. Eu diria ainda que essas possibilidades analíticas também derivam do fato de ele não se fixar em diálogos apenas com os antropólogos, trazendo-nos um certo bailado de perspectivas adotadas por outros pontos de vista disciplinares.

No contexto de minha formação, como já me referi, contando com a orientação de Otávio [Velho], a interlocução por ele privilegiada era com

Nietzsche, Foucault e Weber. Esse aprendizado para fora da antropologia, que ele sempre insistiu como base para relativização de um conhecimento construído sob reivindicada relatividade, característica daquela disciplina, ele continua reafirmando, contribuição que facilita pensar quais são as relações de poder que subjazem à produção e à circulação do saber. Adotando esse tipo de perspectiva, em praticamente todos os textos do Otávio [Velho] há contraposição forte aos essencialismos, aos objetivismos, aos substantivismos, às idéias de totalidade, assim como há, por essa perspectiva de combate a visões essencialistas, também um combate às unidades de análise fechadas ou, como ele chamou atenção hoje pela manhã, que são pensadas em si mesmas.

Em síntese, contrapondo-se aos essencialismos e substantivismos, ele advoga a construção do pensamento por perspectivas sempre limitadas a essa condição, elaboradas no diálogo com outros autores, e anuncia as possibilidades de deslocamento do ponto de vista e da interpretação, caso se desloque o debate ou se outras possibilidades estiveram em jogo. Então, nos textos de autoria de Otávio [Velho], a gente pode explicitamente não só compreender as interpretações produzidas, como também como ele as produziu. Em consequência, ele valoriza as unidades de análise que recaem sobre os fluxos, sobre os processos, sobre as conjunções, as disfunções etc. Ele sempre nos chamava a atenção, usando uma imagem, que a nós alunos era sempre muito esclarecedora, para a idéia de que o olhar, sempre por uma perspectiva, faz emergir a possibilidade que o caleidoscópio oferece: dependendo do tipo de arranjo que se apresentar, você terá uma imagem decorrente das condições em que os elementos se configuraram.

Assim sendo, sugiro que, ao se ler um texto de Otávio [Velho], não se perca essa referência por ele adotada: as análises são devedoras de uma determinada perspectiva, de uma determinada articulação, razão por que ele pode tão explicitamente manter o diálogo com outros autores, mas com a elegância de quem respeita e valoriza o ponto de vista do outro, porque, para tornar possível o diálogo, reconhece explicitamente a articulação diferenciada. Guardando esse tipo de referência, ele está sempre chamando a atenção para outras possibilidades que podem ocorrer. E essas outras possibilidades não se limitam apenas ao campo intelectual disciplinar da antropologia. Hoje, inclusive, ele chamava atenção, até pelos termos que estava utilizando para caracterizar modelos de etnografia, como ele ainda dialoga com autores e

textos qualificados pelo pertencimento à literatura, mas também ao campo religioso.

Dialogando, como recentemente tanto gostamos de reivindicar, com todas as vozes presentes no texto, ele também incorpora os entrevistados como interlocutores. Desse diálogo com os entrevistados, como citou hoje pela manhã, ele cria outras alternativas de reflexão que não estavam previstas, que poderiam estar fora, pelo fato de a gente se fechar unicamente no diálogo com os nossos pares acadêmicos. Por isso ele é tão incitado a reflexões coletivas sobre esse momento de transição na própria produção das Ciências Sociais e da Antropologia em especial, quando os antropólogos vão deixando as comunidades, as aldeias etc., as unidades mais fechadas, para pensarem principalmente nos métodos de estudo adequados ao que se convencionou chamar de sociedades complexas. Os antropólogos nem sempre estiveram e estão muito à vontade nessa passagem, porque a possibilidade de ligação do que estão estudando com uma totalização, ou com o que ele hoje chamava de redes, nem sempre era parte do acervo de conceitos e métodos da disciplina. O Otávio [Velho] iniciou a exposição neste evento dando essa lição de possibilidade de estudo de caso no contexto das chamadas sociedades complexas, advertindo que não se percam de vista as interseções, as articulações, as redes sociais. Ele já havia colocado em prática esse aporte metodológico, a partir da fronteira, a partir do campesinato, prisma pelos quais sistematizou compreensões sobre a formação social brasileira em contextos delimitados. Especialmente em *Capitalismo autoritário e campesinato*, ele nos trouxe entendimentos das formas de constituição do campesinato, das possibilidades de esse campesinato existir *vis-à-vis* processos mais amplos e intervenções políticas que vinham ocorrendo em plano regional ou nacional. Lamentavelmente, nós escrevemos muito mais em português e, pelos limites de uso da língua, não temos muitas vezes possibilidades de sermos lidos lá fora, embora não seja este o caso específico de Otávio [Velho]<sup>1</sup>.

Na geração de antropólogos da qual Otávio [Velho] é parte, muitos deles se voltaram para o estudo *na* nossa sociedade, também muito influenciados pela contribuição de Roberto Cardoso de Oliveira, que estimulou a pesquisa antropológica para além dos grupos indígenas. Eles se anteciparam a muitos dos antropólogos de outras afiliações nacionais, de outros países, quanto à metodologia de aplicação de métodos antropológicos para o estudo nas sociedades complexas. Antropólogos de outras

nacionalidades poderiam aprender muito com o que nós produzimos sobre a construção metodológica de estudos de caso em sociedades complexas, evitando os riscos de nos fecharmos na reificação de situações empíricas privilegiadas.

Há vários textos em que o Otávio [Velho] se dedica mais diretamente a pensar sobre os processos de sua própria constituição como antropólogo e autor, o campo intelectual em que ele está se vinculando e por que está discutindo umas questões e não outras. Eu sugeriria para leitura, pela aproximação ao que a maior parte dos estudantes e pesquisadores aqui presentes têm interesse, a apresentação que ele faz a propósito da publicação de uma coletânea de textos no livro *Sociedade e agricultura*. É uma coletânea de artigos que já haviam sido publicados em revistas diversas, mas que ele, ao reuni-los, fez uma apresentação em que aborda uma série de questões que vinham sendo discutidas a respeito de campesinato, da agricultura, do problema agrário etc.; mas também do que eu aqui estou chamando a atenção, sobre a reflexão a respeito da participação dele no campo intelectual, sobre a socialização profissional, no contexto em que ele se interroga sobre as relações de continuidade e descontinuidade entre temáticas e perspectivas assumidas por um mesmo autor. Ele então encaminha a análise mostrando a quase impossibilidade de se ter uma unidade, desde que não se atribua ao autor autonomia tão grande, mas pense como o autor dialoga com questões que são movediças e que, portanto, são dinâmicas. Ao mesmo tempo, acho que essa leitura ajuda a gente a entender como se constitui e pode se internalizar, ao mesmo tempo, a idéia dos limites do que seria então a constituição e a reprodução de determinados padrões hegemônicos, que aí valem para o campo intelectual, mas valem também para situações de pesquisa.

Ele hoje comentou que ainda está devendo trabalho de campo [risos], mas eu acho que ele nos ensina o quanto podemos desdobrar de um bom trabalho de campo. Esse ensinamento ele oferece pelo próprio trabalho de campo e de textualização que fez, mas também em momentos em que participa de debates e incursões em trabalhos de campo de orientandos, assim comprovamos nós que tivemos o privilégio dessa posição. Pela capacidade de se impregnar das questões que outro pesquisador foi capaz de apreender ou pela potencialidade desse material, que muitas vezes a gente, muito próximo, não consegue perceber, eu acho que ele fez muito mais trabalho de campo do que imagina. O exemplo que me parece mais eloqüente desse tipo de utilização

de várias oportunidades de reflexão sobre dados obtidos em trabalho de campo datado, é quando ele se refere à idéia do Cativo e da Besta-Fera<sup>2</sup>. As interpretações são constantemente rearticuladas pelo diálogo com os entrevistados, interlocutores, reflexão pela qual passa então a rediscutir os significados daqueles termos e dialogar, inclusive, com autores de outras disciplinas, cujos textos, no decorrer de sua trajetória, ele vai conhecendo e revisitando.

Por conseguinte, uma das questões que gostaria de deixar mais ressaltada é a importância da relativização do próprio ponto de vista que ele adota. Isto, como ele próprio afirma, não significa vacilação diante do que está dizendo, mas a criação de possibilidades que aquele pensamento possa ainda admitir, isto é, ser repensado ou refletido. Nada é acabado, no sentido que ele defende afirmações que sejam dogmáticas.

Sugiro também a confirmação do que destaquei pela leitura do artigo "Problema agrário", no qual ele toma dois autores – Alberto Passos Guimarães e Maria da Conceição D'Incao – como expoentes de interpretações de duas grandes questões reafirmadas em contextos diferentes e norteadoras de interpretações sobre interpretações de percepções, valorizadas pelo senso comum, a respeito da estrutura agrária brasileira e das problemáticas que ela vem suscitando. A essas sucessivas interpretações, Otávio [Velho] se contrapõe, posto que no debate acadêmico como também político, há a polarização da presença do proletário e do camponês. Ele vai então demonstrar como essas duas noções são recorrentes nesse tipo de reflexão; como elas são produzidas no sentido de polarizar a própria reflexão; e quais são os riscos dessa reflexão tão polarizada, não só em termos acadêmicos como também da própria prática política. Por desdobramento dessa polaridade, o desenvolvimento socioeconômico na sociedade brasileira passou, por um lado, a ser refletido pela ênfase no processo de urbanização e pelas tendências de concentração da propriedade dos meios de produção, que estimulava a migração rural-urbana; e, por outro lado, a uma reação quase que moral em defesa da presença do campesinato e do valor da apropriação de um lote de terra para consolidação de uma posição autônoma e contraposta à expropriação e ao assalariamento. Essa polaridade muitas vezes impediu que se entendesse por que um agricultor podia deixar a terra e ir mais à frente para trabalhar como peão. Sob tais contrapostos prismas, os debates em torno da reforma agrária e da constituição ou reconstituição do campesinato, em termos políticos, por um lado foram

renegados, mas, por outro, foram sacralizados. Otávio Velho demonstra então os efeitos negativos de interpretações que se contrapõem tão reificadamente ou tão dogmaticamente.

Eu chamaria a atenção dos alunos que aqui estão e que iniciam o estudo sobre essas problemáticas, para os riscos de certas adesões irrefletidas ou descontextualizadas, como hoje é o caso da dedicação tão ampla ao estudo da "pluriatividade". Atualmente, de norte a sul, os pesquisadores estão espantados com essa idéia de "pluriatividade", como se ela pudesse ser aplicada em quaisquer contextos. Desde o primeiro texto da dissertação de mestrado *Frentes de expansão e estrutura agrária*, a partir de etnografia realizada nessa região, Otávio [Velho] demonstrou a possibilidade de um mesmo agricultor realizar vários papéis. Tais papéis não derivam da vontade do agricultor de trabalhar ora aqui, ora ali, de uma vontade de estar passeando pra lá e pra cá, mas correspondem a estruturas de oportunidades em que ele está se constituindo e ajuda a constituir. Portanto, de um contextual sistema de posições e alternativas do qual o camponês é uma delas. Da condição de detentor de um lote de terra, que alternativas se abrem, até para melhorar a inserção como assalariado ou para controlar o grau de subordinação do trabalhador livre, porque expropriado dos meios de produção?

A especificidade do caso brasileiro seria mesmo a articulação de atividades tanto nas situações de fraca como de alta integração, tudo dependendo da possibilidade de substituição de alguns ou todos os membros da unidade familiar considerados aptos para o trabalho. No contexto do trabalho de campo, já destacava que eram poucos os casos de agricultores que se dedicavam exclusivamente à atividade agrícola. Baseando-se no caso empírico estudado, ressaltava: "Durante a época da safra da castanha vão trabalhar nos castanhais, onde recebem um "salário disfarçado". Possuem, portanto, dois papéis sociais bem distintos, o de apanhador de castanha e o de agricultor (VELHO, 1982, p. 42).

Então, já está lá no texto do Otávio [Velho] a possibilidade de o indivíduo migrar, se estabelecer na terra, mas também exercer várias alternativas, valendo-se dos recursos e das oportunidades que estão ali presentes, sem que por isso possa perder sua identidade de camponês, ou impedir o pesquisador de pensar as ações a partir da posição social do camponês. Essa condição se configura num sistema de posições internos e externos à categoria socioeconômica. Chamo a atenção ainda porque, em

muitos textos, a idéia de “pluriatividade” centra a análise no próprio produtor. E já chamava a atenção Otávio [Velho] que o entendimento das alternativas da posição social não pode se centrar no indivíduo produtor em si, na unidade de produção em si, na família em si, posto que cada um dos seus componentes está trabalhando em um lugar diferente ou a mesma pessoa está trabalhando em vários lugares. Quando se constrange a unidade de análise sobre o indivíduo ou sobre a família, deixa-se de perceber, inclusive, essa estrutura de oportunidades ou talvez até de inoportunidades da atividade agrícola em determinados contextos. Ora, a terra pode estar lá esperando outro tipo de oportunidade. Alertava Otávio [Velho] que o termo camponês nomeia uma posição social (relativa), uma alternativa, e não uma única moralidade reificada na atribuição de um cego apego (ancestral e sucessório) à terra<sup>3</sup>.

#### CAMPESINATO E FRONTEIRA OU CAMPESINATO DE FRONTEIRA

É a partir da definição do modelo de desenvolvimento capitalista caracterizado como autoritário que, no Brasil, o autor vai entender a posição do campesinato e a situação de fronteira. A análise se ancora em localizações específicas, critério que, por seu lado, se fundamenta na dinâmica projetada por um dos agentes, privilegiado para compreender o campo de ações respectivas. Dito de outro modo, a análise de certas linhas básicas do quadro geral se orienta pelo alcance da compreensão de um setor, no caso, privilegiadamente, o campesinato, especialmente o da fronteira em movimento.

Otávio [Velho] toma então em consideração os processos de luta e as forças sociais que, no próprio desenvolvimento, foram geradas e valorizadas, mas se mantiveram em posição subordinada. Nestes termos analíticos, também valendo-se da demonstração de vários casos, ele ressalta o caráter diverso dos modelos de acumulação primitiva através do camponês: pressões econômicas e não-econômicas. Por esse prisma, demonstrou que há casos em que a hegemonia da ordem capitalista não implicou uma transformação na agricultura que levasse ao desaparecimento do campesinato, embora ele possa vir a “enfrentar constrangimentos nas alternativas de desenvolvimento de suas virtualidades burguesas, em face da retirada sistemática de parte do seu excedente, já que o capitalismo autoritário em última análise está ligado às classes dominantes tradicionais transformadas, a grande burguesia de origem comercial e, hoje, aos seus aliados dos grandes monopólios” (VELHO, 1982, p. 56). Em alguns dos desdobramentos, cujo caso citado pelo autor é o do

fascismo, o campesinato ganhou uma aproximação sobretudo simbólica com a proteção do Estado, cujos porta-vozes assim manipulavam política e ideologicamente essa aproximação com as forças novas da sociedade capitalista.

Pela associação de questões analíticas como capitalismo autoritário, campesinato e fronteira no Brasil, Otávio [Velho] ultrapassa o estudo do campesinato em si e explica a diversidade de situações, alternativas e constrangimentos na cambiante constituição desse segmento de produtores. Caracteriza as possibilidades associadas e contrastivas de reconhecimento e projeção política, ou os inúmeros processos dessa constituição.

A demonstrada capacidade de síntese do autor, ao analisar processos tão amplos e articulados, é imbatível. Não tenho eu condição de apresentá-la senão reproduzindo, para os jovens alunos aos quais me dirijo, um longo texto em que a região de Marabá representa o pólo a partir do qual ele analisa a presença do campesinato na formação sociopolítica brasileira:

O movimento de expansão que ainda na época colonial garantiu as nossas fronteiras políticas não representou na maior parte dos casos o povoamento efetivo das regiões conquistadas. Seus móveis eram basicamente mercantis e cíclicos. O próprio sistema dominante da *plantation* exigia uma imobilização da mão-de-obra tornada ainda mais necessária em face da existência de terras livres. Ao contrário da fronteira norte-americana, no primeiro período de nossa história o domínio político do território e a sua ocupação efetiva não caminharam um após o outro. Fora do domínio da *plantation* - direto ou indireto - a ocupação mais prolongada reduziu-se praticamente aos marginais do sistema, que definirão os tipos clássicos do *caboclo* e do *caipira*, que Oberg (1965) denominou camponês marginal.

No Centro-Sul, a ocupação que implicará povoamento mais definitivo e maior escala do interior ligar-se-á, afora o povoamento ralo da expansão pecuarista, ao avanço da lavoura cafeeira, já no século XIX, e à colonização estrangeira no Sul do país.

No Norte, o avanço se liga mais diretamente à decadência da *plantation*, acelerada a partir de meados do século XIX, cada vez mais incapaz de absorver plenamente os contingentes populacionais nela gerados. De início será canalizado para a exploração da borracha, de cujo surto na Amazônia é contemporâneo. Mas a partir dos anos 20 do nosso século, com a queda da borracha, dar-se-á um avanço de pequenos agricultores nordestinos para o Estado do Maranhão. Esse movimento, por um lado, será obscurecido pelo grande movimento em direção às

idades - quer no próprio Nordeste, quer no Centro-Sul - ligado às mesmas causas históricas. E, por outro lado, será pouco notado devido à extrema marginalidade em relação ao sistema dominante em que se colocam esses agricultores.

O interesse maior do governo por uma política de povoamento e colonização coincide com o estabelecimento do regime autoritário do Estado Novo, com suas preocupações nacionalistas de ocupação da fronteira, e com os novos interesses estratégicos advindos da Segunda Guerra Mundial. Desde então, os fluxos e refluxos da ação governamental ligar-se-ão ao debate em torno da aplicação de recursos em áreas de maior rentabilidade econômica imediata *versus* interesses econômicos de maturação mais demorada e os de natureza política e ideológica. Ligar-se-á também à forma da composição autoritária entre os interesses tradicionais e a modernização.

Já tem sido assinalado por diversos autores como o regime autoritário do Estado Novo manteve basicamente intocada a estrutura agrária tradicional, ao mesmo tempo que, respeitada a divisão de áreas, promovia a industrialização e mesmo uma certa mobilização populista da classe operária nos centros urbanos, o que seria continuado nos governos que o seguiriam. O que não tem sido observado é que a política de Marcha para o Oeste, como uma segunda frente do autoritarismo para aumentar a sua área de manobra, representou analogamente a tentativa de agir sobre a terra onde não se havia estabelecido a grande propriedade tradicional. Por isso mesmo, a política de colonização tendeu, curiosamente, a sofrer a oposição de campos opostos: tanto daqueles que viam nela uma forma de evitar uma transformação radical da economia agrária, quanto dos setores mais retrógrados das classes dominantes tradicionais, para quem se tratava de um desvio de recursos que deveriam ser aplicados na sustentação da estrutura existente, juntamente com os setores ligados aos interesses imediatos dos monopólios estrangeiros.

Aos poucos, porém, a partir sobretudo da construção da estrada Belém-Brasília, surgiram os motivos mais estritamente econômicos que estimulavam a própria aplicação de capitais privados nas áreas novas, com apoio governamental. Na verdade, a dificuldade hoje consiste para o Estado justamente em saber como conciliar a aplicação de capitais em grandes projetos - particularmente pecuaristas e mineradores - com o avanço da frente de pequenos agricultores.

Quanto a este último aspecto, pode-se dizer que a questão reside em não abafar o movimento que já

vinha se dando espontaneamente no Maranhão e que a partir dos anos 1950 vai penetrando propriamente na Amazônia. Porém, mais ainda, consiste em permitir a sua maior integração no mercado nacional, aproveitando a demanda urbana e as novas vias de comunicação abertas. Se o início do avanço em larga escala em terras novas é contemporâneo da decadência do domínio da *plantation*, a sua *desmarginalização* coincide e acompanha a ampliação do desenvolvimento capitalista.

Na medida em que isso está ocorrendo, pode-se dizer que se assiste à quebra da alternativa básica tradicional de trabalho ligado à grande propriedade ou marginalidade, com a criação, em grande escala, de uma massa de pequenos agricultores ligada ao mercado nacional, mas que em face de suas relações de subordinação com o sistema dominante se define como um campesinato. Ao contrário de outros casos de capitalismo autoritário, não preexiste no Brasil uma grande massa camponesa, incompatível com a *plantation*, porém, como indicador de sua importância para essa forma capitalista, o seu próprio desenvolvimento parece levar ao seu aparecimento.

Simultaneamente, um campesinato também tende a surgir, no bojo do mesmo processo histórico, nas próprias áreas do domínio da velha *plantation* (PALMEIRA, 1971), mas é nas áreas de fronteira que encontra o *locus* primeiro de seu desenvolvimento maior na produção, refletido em suas relações intensas com o mercado nacional.

Todavia, esse desenvolvimento se dá sob grandes ameaças, que são as do estabelecimento indiscriminado da grande exploração. Aparentemente, o desenvolvimento capitalista sob dominância autoritária exige a formação desse campesinato, seja como válvula de escape devido às dificuldades de absorção plena da mão-de-obra na grande propriedade rural e nas cidades, seja como fonte de abastecimento barato para as camadas inferiores da sociedade (VELHO, 1972, p. 125) e como fator indireto de modernização do Nordeste, reduzindo o reservatório de mão-de-obra abundante em que se apoiou o sistema da *plantation* e permitindo a sua substituição por uma camada de médios e grandes empresários.

Talvez tão significativo para a sociedade brasileira hoje quanto os fenômenos de marginalização, sejam exatamente os de *desmarginalização* em relação à formação nacional, que integram grandes massas de indivíduos diretamente no processo de produção mercantil. No entanto, tudo isso se dá sob grandes tensões, que são as de resistência da velha estrutura e a voracidade de expansão dos monopólios.

Poder-se-ia dizer que dessa forma mais uma vez se patenteia a subordinação que determina a situação camponesa. A sua existência e as suas características fundamentais não se deveriam basicamente a nenhum fator 'subjetivo' ou à ausência da busca do lucro, como queria Chayanov (1966), mas, no caso típico, à inexistência de alternativas, ligada a sua subordinação. No Brasil, trata-se no entanto no momento de permitir, dado o desaparecimento dos mecanismos tradicionais de manutenção da mão-de-obra na *plantation* (PALMEIRA, 1972) que se soma ao contínuo crescimento demográfico e às dificuldades crescentes a sua absorção nos grandes centros, que esta via, a camponesa, e somente ela para grande parte das massas ainda rurais, se mantenha aberta. Caso contrário, se o Estado não revelar força suficiente para se impor aos interesses imediatos da classe dominante, aí sim poder-se-ia caracterizar uma situação de 'sociopatia' nos termos de Fernandes (1972, p. 194), mas agora em face de uma inadequação política em relação ao próprio modo de desenvolvimento autoritário. O impasse, então, ao que parece seria inevitável. Isso não significa, obviamente, que a manutenção e estímulo ao desenvolvimento de um campesinato garanta de antemão a integração completa das massas 'marginalizadas' e retire delas, enquanto tais, qualquer relevância. O mesmo se poderia dizer das vias análogas de absorção parcial da mão-de-obra já urbana que não perturbem significativamente o processo central de modernização, e que podem representar também, mas aí entre outras, o aproveitamento de soluções espontâneas (MACHADO DA SILVA, 1971). Mas significa que este é o caminho a ser explorado dentro da lógica do sistema e que cria, ao lado dos 'marginais', na medida em que o são efetivamente, uma outra massa a ser considerada e ter determinado o seu papel.

Assim, parece necessário que o Estado, mesmo contrariando interesses burgueses, seja obrigado a garantir, dentro de certos limites, a consolidação do campesinato emergente. Na região de Marabá, no Sul do Pará, atravessada pela rodovia Transamazônica no seu primeiro trecho, as contradições se manifestavam em embrião até 1972: primeiramente no conflito entre o interventor nomeado com a aprovação do governo federal e a oligarquia local; e em segundo lugar nas tensões entre pequenos agricultores de um lado e pecuaristas locais ou vindos de fora de outro. Esses choques, como subproduto, revelavam a discrepância entre si dos objetivos de diversos órgãos governamentais (tais como o Incra e a Sudam), que

refletiam as contradições existentes, bem como o papel da Igreja de estimulador mais radical de preocupações sociais absorvíveis em princípio dentro de um quadro autoritário desdobrado.

É possível, porém, que esse desdobramento, com ou sem a ascensão de uma contra-elite, só se dê de forma sistemática no bojo de uma crise, que force a se completar, ao nível da política governamental, o modelo autoritário, nesse e em outros domínios. Essa crise poderá, inclusive, ser provocada por uma convulsão social, embora desarticulada, e não podendo ser aproveitada por outros atores políticos em face de sua debilidade. Ou, então, preponderantemente pelo reflexo no âmbito da política de fações burocráticas das contradições que se avolumam mas são reprimidas na sociedade civil.

A partir daí ter-se-á o desenvolvimento maduro do capitalismo com dominância autoritária. Nesse quadro, a consolidação do campesinato, principal mas não exclusivamente na fronteira, será um elemento importante no complexo de contradições cuja resultante determinará até que ponto o capitalismo autoritário é capaz de conter todos os grupos e classes cuja articulação é necessária para o seu próprio desenvolvimento.

Na região de Marabá, o prolongamento da expansão no Maranhão já fez surgir um campesinato que embora ameaçado já aparece bem caracterizado. Esse campesinato apresenta simultaneamente as contradições internas advindas de sua diferenciação e as contradições que o envolvem como um todo em relação ao sistema dominante de tendência monopolista, e que se manifestam particularmente ao nível das trocas comerciais na disputa pela posse da terra com os grandes pecuaristas (VELHO, 1972, p. 93-144). A questão para o futuro está em saber, uma vez garantida a sobrevivência inicial de sua parte economicamente viável, qual a relação que se estabelecerá entre as suas duas faces: a das contradições virtualmente de classe internas ao campesinato e a que o coloca em posição unitária, como classe política ou corporação, diante da sociedade global. Quanto mais autoritária e monopolista for a estrutura envolvente, mais prevalecerá a segunda face. Mas na verdade essa relação será necessariamente complexa, e não de simples e total exclusão. É exatamente o desenvolvimento de uma camada de *kulaks* e de uma camada de camponeses médios, tal como ocorre na fronteira, que pode permitir a uma ou outra dessas camadas, conforme o nível em que mais se fizer sentir a impermeabilidade do sistema dominante, uma hegemonia inicial sobre as massas rurais como um

todo a ser utilizada radicalmente - e não como simples patronagem media-dora -, quando o seu desenvolvimento encontrar limites severos.

A fronteira, portanto, poderá ser um elemento de dinamismo no processo, sem o qual se reduziriam as probabilidades de o campesinato se desenvolver a ponto de questionar os limites a sua expansão, circunscrevendo seu protesto a descontrolados movimentos de desespero de uma classe condenada.

A situação de fronteira parece contribuir ao nível ideológico entre os camponeses da região de Marabá para certas manifestações interessantes e muito claras (VELHO, 1972, p. 129-31). Ao contrário do que é comum ocorrer no seio dos campesinatos numa situação de mudança, não há a idealização de uma 'idade de ouro' situada no passado, que contraste com as dificuldades do presente, por vezes associada à crença milenarista de sua reprodução no futuro. Na região de Marabá, pelo contrário, os camponeses contrastam o presente de liberdade, embora com sinais de ameaça, com o passado que seus antepassados teriam conhecido nas regiões de origem no Nordeste, antes da abolição da escravatura (a 'época do cativo'). Diferentemente do que ocorre em outras regiões do Brasil, não existe a nostalgia e a busca do 'bom patrão' ou de um paternalismo governamental, mas efetivamente consideram como o maior bem não só o fato de serem patrões de si mesmos e de terem a posse da terra (o que poderia ocorrer eventualmente com os 'marginais' do sistema), como também que este é o caminho real para a sua prosperidade e integração na sociedade.

Quanto ao futuro, coexiste o receio de que o cativo possa retornar (cativo parecendo representar hoje a sua expropriação e proletarização) e a esperança, sobretudo em suas camadas mais prósperas, de que tal não ocorra, e de que não sejam perturbados em seu caminho. De qualquer forma, a sua trajetória social até agora é percebida como ascendente, e no pior dos casos como não-declinante, o que certamente terá as suas conseqüências para esse futuro (VELHO, 1982, p. 58-63).

Conforme vim destacando, da leitura do texto anterior, pode-se mais facilmente inferir a contraposição do autor a "dualismos ingênuos e estanques", referenciando-se, com ressalvas para não se cair em generalizações absolutas, em Weber: "não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana, no presente, em grande parte do mundo civilizado" (VELHO, 1982, p. 40).

Otávio [Velho] contrapõe-se a certa literatura científica, e mais ainda à literatura política, em que autores têm-se utilizado da expressão camponês de uma forma um tanto indiscriminada. Concordando com Caio Prado Jr., ele valoriza o argumento a favor da utilização mais precisa da noção de camponês, reservada, então, para designar exclusivamente o pequeno agricultor que é empresário de sua própria produção. E adverte: essa restrição não corresponde "absolutamente, como à primeira vista pode parecer, a uma questão de importância menor (VELHO, 1982, p. 41).

Por detrás dessa discussão está a idéia de que o abuso da noção de camponês deve-se a uma série de 'desvios', que vão desde a subestimação da penetração do capitalismo no campo brasileiro, levando à proletarização rural, até a pregação mais ou menos ingênua de projetos de reforma agrária em que a pequena propriedade é privilegiada e considerada um ideal a ser assegurado. No plano mais estritamente político estaria a questão de saber-se que gênero de reivindicações estaria mais próximo da consciência de nossos 'rurícolas', se a posse da terra ou a salarial (VELHO, 1982, p. 41).

[...]

Todavia, parece certo que esse maior ou menor alargamento na utilização do conceito não poderá deixar de observar a dicotomia camponês x proletário rural, e desde já, quanto a isso, não parece restar dúvida de que a advertência de Caio Prado Jr. sem dúvida tem sua importância (VELHO, 1982, p. 41).

Otávio [Velho] valoriza então a contribuição das pesquisas empíricas, especialmente se elas puderem responder à diversidade de situações e contextos, alguns dos quais já caracterizados no longo texto anteriormente transcrito e a seguir qualificados:

Trata-se, porém, de uma questão empírica a ser investigada: a de verificar como situar as diversas ocorrências concretas que se apresentam em nosso meio rural. Desde já, fica consignado que certamente não se trata de tarefa fácil, dada a variedade de manifestações locais de agrupamentos e classes (VELHO, 1982, p. 41).

Para caracterizar a diversidade de situações e contribuir para superar os impasses das análises sob prismas polarizados, Otávio [Velho] sugere:

(As) [...] situações rurais no Brasil se distribuiriam desde (o) máximo de 'campesinidade' até um máximo de 'proletarização' no caso-limite oposto, passando, no intervalo entre os dois extremos, por toda uma série de casos intermediários que deverão ser analisados para se atingir, em relação aos aspectos selecionados, uma visão global e organizada do meio rural brasileiro (VELHO, 1982, p. 44).

Pensado pela sua diversidade e não por esta negação, o campesinato enquanto termo conceitual deve permitir essa avaliação, mas a partir da construção de modelos abstratos que aglutinem variáveis ou princípios. Fiel ao seu propósito de estimular a pesquisa empírica pela adesão de outros pesquisadores, ele convida e sugere:

Assim, acreditamos que (o proposto) modelo extremamente geral e rudimentar, serve apenas como uma primeira aproximação para uma análise concreta, podendo auxiliar na elaboração de um roteiro de estudo. Os casos-limites parecem ser tipos mais 'puros' do ponto de vista do modelo, ao passo que nos casos intermediários são maiores as probabilidades de surgirem variáveis intervenientes. Sendo assim, só a prática poderá julgar da utilidade dessa abordagem. Na pior das hipóteses, do ponto de vista do antropólogo, um resultado já terá sido atingido: a integração do estudo de uma frente de expansão da sociedade brasileira dentro duma problemática de alta relevância e válida para todo o país. (VELHO, 1982, p. 44).

Todavia, por outro lado, comprovada a hipótese, isso chamaria atenção para a possibilidade de encarar a questão, não em termos de uma oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *continuum* com dois casos-limites entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores etc. podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho. Dada a variedade dessas ocorrências, parece mais justo situá-las como pontos em um *continuum*. Mesmo porque boa parte delas parece definir-se por uma tensão que não se resolve de imediato, e que sofre uma série de vicissitudes. Até a integração no sistema nacional, como já indicou Celso Furtado, vai depender da conjuntura econômica, ou seja, de elementos exteriores ao modelo, fazendo com que o indivíduo ora esteja mais próximo de uma economia de mercado, ora recue para uma economia de subsistência, o que traria modificações na configuração geral do sistema e conseqüentemente em sua posição em face do *continuum* camponês-proletário. Só assim se poderiam enquadrar e explicar

teoricamente casos que a prática levou a designar por expressões formalmente contraditórias, tais como 'camponês sem terra' ou 'proletário com consciência camponesa' (VELHO, 1982, p. 45-46).

[...] Tentar caracterizar o lavrador como um proletário de novo tipo ou um trabalhador para o capital (em contraste com a proletarização do bóia-fria) pode ser útil para chamar atenção para certos aspectos do problema ignorados pelo populismo (como o da precedência teórica da produção social sobre a produção imediata). Mas pode ignorar a existência de modalidades diversas de capital entendidas como forças sociais concretas que chegam até a se opor entre si, ao invés de um único e abstrato capital, possuidor de leis que se afirmam inexoravelmente e não como tendência. E pode também, em nome de uma perspectiva 'estrutural', abrir mão de dimensões políticas e ideológicas tratadas de forma superficial e enganadora pelo pensamento populista, mas que, no entanto, são fundamentais (VELHO, 1982, p. 135-136).

Portanto, da perspectiva do autor, para finalizar esta exposição, o campesinato não pode ser compreendido a partir de limitativas rubricas, privilegiando uma ou outra. Por esta postura, corre-se o risco de seccionar o universo social que dá sentido às ações dos produtores agrupados pelo termo campesinato, nomeação englobante para posições diferenciadas, e pouco se entender da sua prática cotidiana (VELHO, 1982, p. 106). Essas dimensões foram muito bem exploradas por Otávio [Velho] nos textos por mim escolhidos para apresentá-lo aos estudantes e jovens pesquisadores aqui presentes.

Quero enfim lembrar que essa retomada de parte da obra não corresponde a uma atualização do pensamento do autor, mas à sua *atualidade*, principalmente metodológica, capaz de elaborar interpretações sobre complexos, simultâneos e articulados processos. Esta complexidade metodológica tem sido cada vez mais ausente entre pesquisadores, especialmente aqueles que se afirmam pela obcecada atribuição de novidades (*novos atores, novas ruralidades* etc), evitando enfrentar o estudo das mudanças ou transformações em causa, sobre o qual Otávio Velho é sempre mestre.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ver Velho, 1973, 1979b, 1982, 1997a, 1997b.

<sup>2</sup> *Besta-fera: recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>3</sup> Doravante, por problemas ocorridos na gravação magnética da comunicação, o texto foi refeito. Por essa reoperação, o gênero da redação se altera, já que me vali da oportunidade para sistematizar conceituações e propostas metodológicas, reproduzindo seletivamente trechos de textos de Otávio Velho, orientada pelo objetivo de facilitar o conhecimento das questões aqui consideradas para os novos leitores, com os quais procurei deliberadamente interagir durante a comunicação.

## REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURA

- VELHO, Otávio Guilherme. "O cientista social brasileiro". *Cadernos Brasileiros*, ano 8, n. 9 IV, julho, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Modes of capitalist development, peasantry and the moving frontier*, tese de doutoramento, Departamento de Sociologia, Universidade de Manchester, mimeog, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo autoritário e campesinato*. S. Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.
- \_\_\_\_\_. "A 'utilidade' da ciência". In: *Ciência e Cultura*, SBPC, v. 29, n. 9 8, 1977.
- \_\_\_\_\_. "A universidade e a antropologia no Brasil, hoje". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 9, 17, novembro, 1979a.
- \_\_\_\_\_. "The state and the frontier". In: *The structure of Brazilian Development*, org. por Neuma Aguiar. Transaction Books, 1979b.
- \_\_\_\_\_. "Antropologia para sueco ver". In: *Dados*, v. 23, n. 1, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio: Zahar. 2ª ed., 1981.
- \_\_\_\_\_. "Apresentação". In: *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Delma Pessanha Neves. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. "A Propósito da Publicação de urna Coletânea". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 9-28, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Análise Preliminar de uma Frente de Expansão da Sociedade Brasileira". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 29-39, 1967/1982.
- \_\_\_\_\_. "O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 40-47, 1969/1982.
- \_\_\_\_\_. "Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 48-69, 1976/1982.
- \_\_\_\_\_. "A fronteira e o pequeno produtor". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 75-81, 1978/1982.
- \_\_\_\_\_. "Campesinatos e Política". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 82-99, 1978/1982.
- \_\_\_\_\_. "O Problema Agrário". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 100-106, 1979/1982.
- \_\_\_\_\_. "A Propósito de Terra e Igreja". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 125-136, 1980/1982.
- \_\_\_\_\_. "Da Aparente Relação entre Concepção e Estratégia". In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 137-145, 1978/1982.
- \_\_\_\_\_. "Through althusserian spectacles: recent social anthropology in Brazil". *Ethnos* 47, I-II, p.133-149, 1982 [Publicado em português como "Antropologia para sueco ver". *Dados*, v. 23, n. 1, 1980].

- \_\_\_\_\_. "Processos sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais". In: SORJ, Bernard e ALMEIRA, Maria Herminia T. De. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, p. 240-260, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Religiosidade e Antropologia". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, mar. p. 46-71, 1986.
- \_\_\_\_\_. "O cativo da Besta-Fera". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 4-27, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Lusophony and the field of world knowledge." *Terra Nostra*. Challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century, org. por A. N. Almeida, p. 111-118. Lisboa: Proceedings of the ISA Regional Conference for the Lusophone world, 1997a.
- \_\_\_\_\_. "Globalização: Antropologia e Religião". *Mana*, v. 3, no. 1, p. 133-154, abril, 1997b [Publicado em inglês como "Globalization: object-perspective-horizon" *Journal of Latin American Anthropology* 4/2, 5/1, 1999-2000].
- \_\_\_\_\_. "A pictografia da tristesse: uma antropologia do nation-building nos trópicos." *Ilha, Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 5, n. 1, p.5-22, julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhos de campo, antinomias e estradas de ferro*. Aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), proferida a 15 de março de 2006.